

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS
PENITENCIÁRIOS**

24.11.2020

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Havendo o número regimental, declaro aberta a 4^a reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, segunda sessão legislativa, 19^a Legislatura.

Registro a presença dos Srs. Deputados, da deputada Isa Penna. Prazer em vê-la. Saiu de casa, veio trabalhar, está com medo da Covid. Gosto de te ver aqui, eu quero que você venha.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - (Fala fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Depois eu quero, quero te ver aqui. Quero agradecer a presença do deputado Major Mecca, que faz parte desta Comissão, como também a doutora, do deputado Altair Moraes, o deputado Sargento Neri, que é o nosso vice-presidente. Chegou agora também a nossa Adriana Borgo, nossa deputada que faz parte desta Comissão, também o Tenente Nascimento, que está aqui, que tem duas vagas e também faz parte desta Comissão.

Eu falei o nome de algum deputado? Carlão Pignatari, que estava aqui agora, líder do Governo. Também aqui hoje o Giannazi, sempre nos ajudando. Quem falta aqui? Tem alguém que eu não... Coronel Telhada, que é do meu partido, nosso vice-presidente, terceiro vice-presidente, que veio aqui prestigiar o nosso secretário de Administração Penitenciária. Viu, secretário? A minha assessoria é boa.

Quero aqui, primeiramente, chamar o Dr. Nivaldo César Restivo, secretário da Administração Penitenciária, por gentileza. Ao senhor, primeiro, já agradeço a sua presença. O senhor veio aqui pelo Art. 52, que todos os... A Constituição do Estado... que peça para que todos venham aqui para dizer sobre a sua gestão. Eu vou ler depois. Quero aqui...

Eu vou chamar aqui... Eu vou falar já... Dr. Luiz Carlos Catirse, também secretário adjunto de Administração Penitenciária, por gentileza, o senhor sente-se aqui do nosso lado esquerdo, o senhor é o nosso convidado. E solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior. Pela ordem, nobre deputado Nascimento.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Havendo consenso, está dispensada a leitura, considerada aprovada a Ata da última reunião. Eu só queria dizer para os senhores, iniciando os nossos trabalhos, que ele foi chamado, como foi também o secretário de Segurança Pública, para que venha falar sobre o desenvolvimento de ações e programas da sua pasta. Então, eu quero aqui agradecer também as presenças do Coronel Robson Cabral de Oliveira, que é o nosso... Aliás, ele está de férias, não é?

Quem está respondendo, ah, está aí? Então, quero agradecer a presença do coronel, Coronel Severo, assessor do secretário, tenente-coronel Cláudio José Marangon, subchefe da assessoria da Polícia Militar da Alesp, quero agradecer ao capitão PM Adilson, ajudante de ordens do senhor secretário, sargento PM Liz, comandante da equipe de segurança do secretário-adjunto, o nosso delegado Dr. José Arlindo Negrão Vaz, que está hoje aqui também, e também quero cumprimentar o nosso colega, o delegado aqui, o Dr. Lanfredi.

Está aqui também o Mauricio, está aqui também o nosso, o pessoal da polícia veio todo aqui. O Edvaldo, que foi candidato a vereador, como é que foi lá a campanha? É difícil para ganhar, não é? Duro ter voto, é duro, não é fácil não, mas parabéns, o que vale é a intenção. O senhor tem a palavra, o tempo que o senhor achar, aumentar, depois os Srs. Deputados, que quiserem fazer pergunta, só uma pergunta, o ar-condicionado está penhorado aqui, ou está pago? Porque está muito quente aqui, hoje eu estou uma graça, está penhorado? Não está ligando, está muito quente, liga um pouquinho mais forte, muito obrigado, vamos lá.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Sr. Presidente, muito boa tarde, quero cumprimentar a nobre Presidência, e dizer da nossa satisfação de retornar à Casa para prestar contas do serviço público aos parlamentares, e uma satisfação muito grande poder reencontrá-lo, presidente. Quero cumprimentar o nosso líder do Governo, Carlão Pignatari, também os nossos deputados, Tenente Nascimento, meu amigo Major Mecca, com quem eu tive o prazer de trabalhar no Segundo Batalhão de Choque, e no Primeiro Batalhão de Choque também, uma longa jornada. Deputada Isa Penna, uma satisfação grande também, deputado Carlos Giannazi, deputado Altair também, nosso parceiro, Sargento Neri, também cerrando fileiras. Adriana Borgo e Coronel Telhada também, com

quem tivemos uma grata satisfação de compartilhar momentos muito bons na Polícia Militar de São Paulo.

Quero cumprimentar, de uma maneira especial, nosso secretário executivo da Administração Penitenciária, Dr. Luiz Carlos Catirse aqui presente, nossa coordenadora de Saúde, a Dra. Solange, está aqui também, e a Carolina Maracajá, da Coordenadoria de Reintegração Social. E, de uma maneira geral, cumprimentar a todos os policiais civis e militares, as pessoas aqui presentes. Deputado, presidente, eu vou, não sei se é comum, mas eu fiz uma apresentação em Power Point, é rapidinho, eu vou passar até com uma velocidade elevada, para a gente poder ter uma visão, uma panorama, daquilo que temos no sistema penitenciário, e depois a gente ter um tempo maior disponível para as respostas.

Então, contextualizando o sistema, vamos lá, alguém da técnica, como quê? Deve ter um método mais fácil do que clicar no próximo aqui. Então, nós, basicamente, tocaremos em quatro pontos, uma visão atual do sistema prisional, falar sobre o coronavírus no sistema penitenciário, as ações que desenvolvemos para o enfrentamento, e, por último, a retomada de visitas presenciais. Pode passar o próximo, por favor? Mais uma, por favor.

Bom, nós temos três campos mostrando que, no ano passado, nós atingimos o máximo da população carcerária em São Paulo, com 235 mil presos e, a partir da metade do ano passado, nós observamos um declínio da população carcerária. E hoje nós temos 214.500 presos, começamos o ano com 232 mil, isso dá 18 mil presos a menos, por vários fatores. Caíram 18 mil presos de 1º de janeiro de 2020, até agora foram 18 mil presos a menos. Só na liberação de presos em função da recomendação do Conselho Nacional de Justiça, foram 6.700 presos de março até ontem. Isso representa praticamente um terço das exclusões, então é para que os senhores e as senhoras tenham uma noção de que o sistema tem uma tendência de redução de população carcerária.

Aqui nós temos a quantidade de unidades prisionais, nós estamos com 177 unidades. No dia 9 de dezembro inauguraremos a Penitenciária de Registro, vamos ficar com 178 unidades, e temos outras cinco ainda em construção. Então aqui a gente tem, em 9 de dezembro, a Penitenciária de Registro, e para 2021 outras cinco unidades, isso acresce aproximadamente mais 4.500 vagas ao sistema penitenciário paulista.

Aqui, em relação ao coronavírus, esse é um gráfico que demonstra os afastamentos de servidores por suspeita, não são comprovações, mas é o servidor que tem algum sintoma, e, por conta do sintoma, a gente automaticamente já afasta.

O servidor, ele pode ser afastado pelo preenchimento de uma autodeclaração, se ele tiver um desconforto, ou tiver a coriza, ou tiver uma gripe, ele preenche lá uma declaração, e automaticamente ele está afastado durante 72 horas já. Então esse gráfico mostra a tendência dos afastamentos por suspeitas, esse num recorte mais próximo, demonstrando que estamos com a estabilidade, não há nenhum indício de que tenha aumentado esse afastamento. E aqui, quando eu falo em isolamento, eu me refiro à pessoa privada de liberdade, então isolamento é o preso, afastamento é o servidor.

Aqui também nós temos uma clara tendência de queda, exceção feita a uma linha no gráfico, que demonstra o resultado de exames numa unidade prisional de Paraguaçu Paulista, e são suspeitos, como eu falei, eles não são casos confirmados. Se a gente tiver suspeita no preso, tiver um preso na cela com 20 presos, um deles tiver confirmado a enfermidade, os outros 19 a gente coloca em isolamento, tá?

Então é por isso que deu essa subida aí, aqui no recorte também, de dois meses, outubro e novembro, e aqui de março para cá, e que a gente consegue ver as contaminações. Contaminações a gente se refere a resultados positivos por exame PCR, resultado positivo por teste rápido, ou declaração de profissional da Saúde. Da mesma maneira, um gráfico que mostra que atingimos um pico, em agosto, das contaminações, e de lá para cá a gente tem uma tendência de queda. Essa tabela mostra de fato: em agosto, nós tivemos 2.767 contaminações, e isso representava 1,27 da nossa população carcerária, é uma definição numérica do gráfico que vimos anteriormente.

Os casos de óbitos, nós temos em linha vermelha os presos, em linha azul os servidores, 34 presos vieram a óbito desde o início da pandemia, e 31 servidores. Isso dá uma taxa de letalidade baixa, aqui nós temos mortes por 100 mil habitantes, no sistema prisional, abaixo de 16, e, no estado de São Paulo, quase 100. Então, a pessoa privada de liberdade, ela tem os cuidados necessários para se manter longe dessa enfermidade. A taxa de letalidade também, que é um outro indicador, no sistema prisional é 0,33%, enquanto no estado de São Paulo é 3,4, é dez vezes mais seguro estar na unidade prisional com as cautelas de enfrentamento, do que a população que está em liberdade.

Da mesma maneira, nós temos uma alta taxa de recuperação, tanto na parte de servidores como na parte de pessoas privadas de liberdade, que beira os 95%. A testagem da população carcerária dos Servidores, São Paulo é o Estado que mais testou, em números absolutos, no Brasil inteiro. São Paulo representa quase a metade de todos os testes feitos em presos e em servidores, nós temos 34% dos servidores testados, e nós temos 26% dos presos testados, dá mais de 70 mil testes, e a testagem em massa continua.

A nossa coordenadora de saúde que está presente, a Dra. Solange, tem feito as tratativas entre o Instituto Butantan e prefeituras municipais, para levar adiante a testagem em massa no sistema penitenciário.

Mas é bom que se diga também, presidente, que a gente segue critérios de saúde, critérios médicos, para levar adiante. Quem define quem vai ser testado é a equipe médica, baseada na existência de surto recente. E surto recente, a definição técnica é a presença de pelo menos dois casos nesse mesmo ambiente. Então, em um resumo, nós temos aqui contaminados e recuperados de servidores, contaminados e recuperados presos. Entendemos que as medidas de enfrentamento surtiram os resultados desejados, e quais são as medidas?

Nós dividimos essas medidas em duas vertentes, medidas restritivas e medidas de higienização. As medidas restritivas são aquelas em que nós minimizamos o contato da população carcerária com o público externo. Aquilo que depende da secretaria foi a suspensão das visitas presenciais, foi a suspensão da saída do preso do semiaberto para o trabalho externo, a saída do preso para estudar, as assistências religiosas, de fora para dentro.

Então todas aquelas medidas capazes de reduzir o contato do preso com a população externa, a gente encaixa nas medidas restritivas. Em paralelo a isso, nós adotamos medidas de higienização, que se traduzem na higienização corporal, higienização ambiental e fornecimento de equipamentos de proteção individual. E até hoje nós tivemos um total de quase 12 milhões de reais aplicados, envolvidos na aquisição de insumos e no recebimento desses materiais. Todas as aquisições, absolutamente todas, estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança, dizendo quanto foi gasto, para comprar o quê, e empregado onde, tá?

Essas são algumas das empresas que contribuíram com o fornecimento dos insumos, e eu quero dizer que essa, a gente acabou aproveitando as oportunidades que a crise nos oferece. Até o mês de março nós tínhamos, no sistema penitenciário, 39 equipamentos de teleaudiência instalados nas unidades prisionais. Eram 65 nos tribunais e unidades, nos presídios eram 39, para que os prazos fossem cumpridos, e oferecendo proteção aos órgãos da Justiça, nós incrementamos a disponibilidade dessa ferramenta de teleaudiência, para evitar a saída do preso para o fórum, para evitar o deslocamento com escolta da Polícia Militar no interior, escolta da Secretaria da Administração Penitenciária na capital, na Região Metropolitana. E hoje nós temos, em funcionamento, 440 estações de teleaudiência.

Eram 39 no final de março, hoje são 440. Até o final do ano, ou metade do mês de janeiro, nós teremos 685 equipamentos funcionando. Nós gastávamos, presidente, com cada um dos 39 equipamentos, cada um deles, 11.340 reais por mês para mantê-los em funcionamento. Agora, esse outro formato, nós vamos gastar 640 reais por equipamento. Então dá uma economia, somente de contrato com a Prodesp, da ordem de mais de três milhões e meio de reais por ano.

Isso, de janeiro a setembro do ano passado, nós gastamos 12 milhões de reais, quase 13 milhões com escoltas de preso, aí envolvida a Polícia Militar de São Paulo, que faz a escolta no interior, e a Secretaria da Administração Penitenciária. De janeiro a setembro do ano passado, nós gastamos quase 13 milhões, e nesse ano nós gastamos três milhões e 600 mil.

Esse equipamento, é bom que se diga, ele tem múltipla função. Então ele foi concebido, inicialmente, para ações da Justiça, audiência de instrução, audiências de julgamento, e nós já fizemos, até hoje, 44 mil audiências, do final de março até quarta-feira da semana passada, usado de segunda a sexta-feira no período da tarde. No período da manhã de segunda a sexta-feira, nós usamos o mesmo equipamento para os oficiais de Justiça fazerem citações e intimações de preso, 130 mil utilizações já para essa finalidade. A Ordem dos Advogados do Brasil já fez quase 90 mil atendimentos remotos, também de presos, e a Defensoria Pública também.

Então o mesmo equipamento se presta a várias finalidades, todas elas trazendo proteção a quem vai à unidade, e proteção ao preso que lá está, são 271 utilizações. Esse mesmo equipamento é utilizado de segunda a sexta, então com a suspensão da visita presencial nós passamos a utilizá-lo aos finais de semana para promover visitas virtuais.

A primeira fase desse programa consiste na possibilidade de o familiar enviar uma mensagem eletrônica, tipo de um “e-mail”. A unidade recebe essa comunicação, imprime, e entrega para o preso, o preso faz a resposta dele no verso, a gente escaneia essa resposta, e devolve para o mesmo “e-mail” que enviou, essa é a primeira fase. Foram mais de três milhões de mensagens trocadas entre familiares.

A segunda fase é justamente a utilização de equipamento de teleaudiência, são mais de 240 mil visitas virtuais realizadas utilizando o mesmo equipamento. E agora a gente tem a retomada das visitas presenciais, que é a terceira fase do programa. Fizemos um planejamento, fizemos uma proposta, essa proposta foi submetida à análise do Centro de Contingência do Coronavírus do Estado de São Paulo, os profissionais da Saúde

validaram absolutamente todas as propostas que apresentamos, o protocolo como um todo. Qual era a principal necessidade, presidente?

Era reduzir a quantidade de pessoas circulando dentro da unidade prisional. E como é que a gente chegou a esse objetivo? Primeira providência, reduzir, permitir visitas no final de semana, presos do pavilhão par, porque os presos são numerados dentro das unidades. No final de semana seguinte recebem visitas presos dos pavilhões ímpares, no final de semana do par, por exemplo, no sábado recebem visita presos que têm matrícula par, todo preso tem um número de matrícula, no domingo recebem visitas presos com matrícula ímpar.

Vamos pegar o sábado, por exemplo, que é o preso de matrícula par: metade recebe visita no período da manhã, a outra metade recebe visita no período da tarde. São duas horas de visita, das nove horas às 11 horas no período da manhã, depois de higienização completa, e depois das 13 horas às 15 no período da tarde. Com isso, nós reduzimos em 16 vezes a quantidade de pessoas circulando. E uma outra questão: cada presa tem direito a duas visitas presenciais, nós reduzirmos a uma só. Então são medidas que nos levam a crer que o caminho adotado foi correto.

E, por exemplo, nesse fim de semana são presos do pavilhão par, esse preso do pavilhão par vai receber visita daqui a 15 dias, porque no próximo fim de semana é o pavilhão ímpar. Esse período de 15 dias é o período que nós temos para avaliar se essa flexibilização trouxe comprometimento das condições de saúde de funcionários, de visitantes e de presos. Então essa foi a estratégia adotada, presidente, e nós temos aqui algumas fotos mostrando o distanciamento na fila, a higienização na entrada, aferição de temperatura corporal, aferição de saturação de oxigênio no sangue, e o distanciamento dentro das unidades prisionais, obrigatoriedade de uso de máscaras, de equipamento de proteção, para contribuir com esse enfrentamento.

Então, presidente, de uma maneira geral eu quis ser muito rápido para não cansá-los, e também termos mais tempo de debater as questões, essa era a mensagem que eu queria trazer, e eu estou inteiramente à disposição, para a gente prosseguir nos debates.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Muito bom, e parabéns. Só uma pergunta, secretário, como é que ficou? As audiências vão ser, conseguiu acertar para fazer as audiências só virtuais? E os advogados, acertaram a ordem?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Acertamos, nós conversamos com a Ordem dos Advogados do Brasil, nós conversamos com a Defensoria Pública. Eu converso, na Corregedoria Geral de Justiça, pelo menos duas vezes ao dia a gente mantém interlocução.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Aqueles carros nas estradas, então?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Exato, aqueles comboios monstruosos.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Isso é uma loucura, é um risco.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Traz risco para quem faz a escolta.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Para quem vai.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Para quem vai no caminhão, para o usuário da via, e sem dizer o custo absurdo, que o Estado pode investir esse recurso economizado em outras áreas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Parabéns. Bom, então agora os deputados farão uma pergunta, muito obrigado, foi muito bom, rápido e todo mundo entendeu, não todo mundo. Nós temos quantos hoje, 200 e quantos mil presos?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - 215 mil presos.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Não eram 240, e chegamos até?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - 235 no ano passado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Então está bom, vamos lá. Deputada Isa Penna, por gentileza, fique à vontade.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Olá a todos os colegas, olá, presidente, quero saudar e agradecer aqui a presença do secretário, dos secretários, não é? O secretário-adjunto. Começar primeiro, falar que é lamentável que tenham servidores públicos querendo entrar na Comissão, do lado de fora, que não tenham sido permitidos entrar na sala, sob a justificativa de que nós temos uma situação, evidentemente, da Covid, com a qual o presidente até faz algumas brincadeiras. Mas, no entanto, eu vejo aqui pessoas que não são assessores de deputados, e não são assessores da secretaria, que estão aqui dentro. Então, eu queria solicitar que essas três pessoas... São três pessoas literalmente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Quem são? São todos assessores, aqui eu trabalho na comitiva do secretário, só me diz.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - São três pessoas que estão lá fora.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, lá fora? Aqui dentro que a senhora falou.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Não, são três pessoas que estão lá fora, pedindo para entrar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, lá fora.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Presidente, eu estou falando, se você pedir licença eu lhe dou a palavra, enquanto a palavra estiver comigo, o senhor peça para tê-la de volta.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ah, sim, senhora, pois não.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Muito bem, dando sequência a isso, quero pedir já ao secretário para falar que, em primeiro lugar, eu entendo que é uma posição bastante difícil, não é? A gente até esteve junto em algumas oportunidades, com alguns movimentos sociais, então quero começar por aí. Quero começar com uma situação, primeiro, que faz parte das contradições desumanas que o sistema carcerário coloca aos gestores públicos.

Então dizer que entendo que a responsabilidade não é individualizada, mas quero aqui colocar uma crítica, de uma forma geral, a como uma vida que está presa vale menos do que uma vida que está, como a gente precisa mudar essa cultura. E digo isso pela seguinte razão, a gente tem os familiares do lado de fora, que estão sem informações, muitos deles estão desesperados, porque aí tem aquela coisa do “disse que me disse”, não é? Que vai chegando uma série de denúncias, quem conta também vai passando do jeito que interpreta a situação, então a gente sabe que os familiares estão desesperados, os familiares dos presos.

A gente tem um presídio em especial, Sr. Secretário, que eu queria lhe perguntar, que é o presídio de Paraguaçu, que eu soube recentemente que está com cerca de 500 presos contaminados por Covid. E queria, assim, como que a gente pode chegar e montar um sistema que não vai permitir, evidentemente, o contato físico, mas eventualmente uma visita virtual? Será que não seria mais fácil? Porque assim, em algumas unidades foi liberada a visita, não é?

A gente sabe disso, em algumas unidades já foi, já está acontecendo a visita, em outras não. Então a primeira pergunta é: qual foi o critério utilizado para fazer essa divisão, para fazer essa separação? Porque, ao meu ver, é difícil você estabelecer um critério para um município, para o Estado inteiro, não é? E outra, a segunda é dos funcionários, como então, isso das visitas, meu Deus do céu, só um minuto. E a outra questão é sobre a testagem dos presos.

A gente viu que tanto tem testes passados da validade, sob a custódia do governo federal, e qual é a previsão, nessa segunda onda, de a gente conseguir aumentar o número de testes realizados no sistema prisional? Então veja, aqui a gente tem dois setores da população em conflito, de um lado os funcionários da Segurança Pública, de outro os familiares. É uma situação muito complexa, quero colocar aqui algumas alternativas que a gente poderia pensar, eventualmente, para que essas pessoas recebam notícias diretas dos seus familiares.

Até porque o “disse que me disse” atrapalha todo mundo, então a gente acompanhou algumas situações assim, o senhor viu. Então ficam aí as duas perguntas, e lamentar por toda e qualquer vida; pedir, sim, para quem puder respeite o distanciamento social. Chamar a atenção de que aqui não tem álcool gel neste momento, então é importante que, por mais que pareça coisas bobas, não é? Mas se a gente quer, se o Legislativo não faz a sua parte, não cumpre os protocolos, fica difícil de a gente esperar que as pessoas cumpram as delas. Então chamar a atenção para essas duas coisas.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada. Secretário, fica à vontade. É verdade, não tem álcool gel, não tem nada aqui, tem? Tem na porta ali, na entrada.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Deputada, obrigado pelas perguntas, a gente tem mantido interlocuções permanentes sobre essas pessoas mais vulneráveis, particularmente as privadas de liberdade. Eu vou me referir a Paraguaçu Paulista, na verdade não são 500 e tantas pessoas, são 273 isoladas por causa de um surto. Mas eu reafirmo que o isolamento não significa a contaminação, a contaminação é menor do que a quantidade de isolamento, então 273 isolados, isso, em Paraguaçu Paulista. Só que isso aconteceu já há quase 15 dias.

Hoje devemos ter um número praticamente zerado, porque a gente faz a quarentena de 14 dias para quem tem sintomas, não é? Esses 273 estavam convivendo em ambiente junto daqueles que testaram positivo. De qualquer maneira, a situação lá está controlada, não gerou nenhuma necessidade adicional, porque todos eles estavam assintomáticos também, então, em um conjunto de fatores analisados, nós decidimos fazer o isolamento.

E aí eu vou para a segunda questão, que é não permitir a visita presencial nessas condições. Nós tínhamos, quando retomamos as visitas presenciais, há 21 dias atrás, nós tínhamos duas unidades que não foram liberadas, uma delas é Paraguaçu Paulista, por causa desse surto, e a outra era Taquarituba. Porque nós tínhamos oito ações judiciais que impediam a retomada das visitas, ações que foram se acumulando de março até agora, e nós não questionamos, porque o momento estava numa fase aguda da pandemia, então oito ações judiciais impediam a retomada das visitas presenciais.

A Procuradoria Geral do Estado conseguiu superar sete delas, ficou pendente a de Taquarituba, que é o Município, a própria Prefeitura que ingressou na Justiça. E isso foi superado na semana passada, então hoje nós não temos nenhuma unidade do sistema penitenciário paulista com restrição de visitas. Então todos os visitantes podem receber, e visitar, seus parentes, e essa essas duas em que não estava liberada nós mantivemos a visita virtual. O que não acontece na presencial, então a gente procurou atender aquela necessidade da lei de execuções penais, de promover a proximidade familiar, manutenção de vínculos.

Então diante desse cenário a gente manteve a visita virtual, mas hoje não temos nenhuma unidade prisional em São Paulo com restrição de visita presencial. A testagem? Nós temos 39, e eu sei esse número porque a coordenadora de saúde me passou hoje, 39 unidades prisionais que estão cadastradas para receber a testagem. Essa testagem ela é feita com insumos do Instituto Butantan, utilizando o pessoal das prefeituras municipais.

E elas são classificadas de acordo com critérios técnicos da Saúde. Então o pessoal da Saúde detectou surto recente, aquela unidade vai ser a primeira a ser testada, então existe isso, nós pretendemos fazer a testagem em 100% da nossa população carcerária, e dos nossos servidores.

Concordo aqui, eu reafirmo, nós lamentamos cada uma das 34 mortes de pessoas privadas de liberdade, das 31 mortes de servidores, nós trabalhamos para que não ocorressem, mas lamentavelmente o vírus não respeita bloqueador de celular, não respeita muralha, ele não respeita ofendículo. Mas, diante desse cenário, a gente vai continuar trabalhando para tentar passar por essa pandemia, e sem sentir saudades dela, deputada.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado. Satisfeita, deputada? Obrigado. Deputado Giannazi, por favor, tem a palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde a todos e a todas. Secretário, deputado Olim, eu queria rapidamente fazer algumas perguntas para o secretário. A primeira é em relação à regulamentação da polícia penal, não chegou ainda na Assembleia Legislativa o projeto, a PEC, regularizando, no estado de São Paulo, a polícia penal.

Isso já foi aprovado no Congresso Nacional, já houve a sanção, enfim, isso já está consolidado inclusive em outros estados, e em São Paulo até agora nada, e essa é uma conquista histórica dos servidores do sistema prisional. Então nós não temos informações sobre o andamento, se a PEC será encaminhada em breve ou não, o que está acontecendo, por que tamanha demora, haja vista que é só regulamentar, isso é muito simples de ser feito.

O segundo ponto que eu gostaria de levantar é em relação ao déficit de servidores do sistema prisional. Nós temos informações de que há 12 mil cargos vagos no sistema prisional, nós tivemos vários concursos realizados e não houve a chamada dos aprovados nos concursos. Então nós queremos também informações sobre essa questão, que é uma questão gravíssima, primeiro a chamada imediata dos aprovados, dos cargos vagos

sobretudo, e uma questão é como que ficaram as privatizações, me parece que duas foram canceladas.

Houve um problema, e a dúvida dos servidores é em relação à transferência dos servidores, como que fica essa situação. E por fim, Sr. Secretário, duas outras questões importantes também. O bônus penitenciário, que foi acordado lá em 2014, quando houve uma greve dos servidores, houve um acordo de que seria pago um bônus penitenciário para os servidores do sistema prisional, e até agora esse projeto não chegou também na Assembleia Legislativa. E, por fim, a questão do atraso nas promoções, que é uma reclamação constante dos servidores, houve um atraso aí na última promoção, e nós queremos saber o que que está de fato acontecendo. Era isso.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Posso começar, presidente? Deputado, boa tarde, vou fazer exatamente a sequência aqui que o senhor nos apresentou. Nós, em dezembro do ano passado, todos sabem, teve a regulamentação da polícia penal na Constituição Federal, inserida lá no Art. 144. Isso foi em dezembro, e em janeiro nós instituímos um grupo de trabalho na secretaria, esse grupo contempla todas, absolutamente todas as carreiras que prestam serviço na secretaria, inclusive os quatro sindicatos representativos de classe.

Esse grupo tem algumas missões, a primeira delas concluída, que é fazer a proposta da minuta da PEC estadual, para regulamentação da polícia penal na Constituição Estadual. Isso foi feito, nós enviamos à Assessoria Técnica Legislativa do Palácio dos Bandeirantes, para seguir a tramitação. E lá houve um erro formal, precisou ser devolvida para a secretaria, parece-me que no mês de agosto ou setembro, não me lembro ao certo, porque nós não havíamos submetido a análise da consultoria jurídica da pasta, então encaminhamos à consultoria jurídica, deram o parecer favorável, devolveremos ao Palácio.

Hoje, essa proposta, ela se encontra no Palácio dos Bandeirantes, na Assessoria Técnica Legislativa. Conversei com o vice-governador na sexta-feira passada sobre isso, com o “Malufinho”, que é o secretário-chefe da Casa Civil, pedindo um empenho para a gente dar celeridade, porque essa PEC, ela só regulamenta a polícia penal no estado de São Paulo, não traz nenhuma outra consequência. E a segunda parte do grupo de trabalho, a segunda etapa, é que vai definir quais são as missões, vai regulamentar essa polícia penal; através de uma proposta de lei complementar, que nós vamos ver.

Então aquilo, deputado, que estava dependendo da secretaria foi concluído, já foi encaminhado, é uma necessidade que nós também sentimos, e eu tenho feito intervenções periódicas no Palácio, para ver se a gente consegue apresentar, porque eu tenho certeza que a Assembleia vai aprovar sem qualquer tipo de problema.

Nos servidores, esse número, ele não é um número atualizado, eu não sei qual é a fonte mas vamos na parte de Segurança, que é aquela que nos preocupa bastante. Nós temos, eu trouxe aqui uma tabela, a quantidade fixada de agente de escolta e vigilância penitenciária, 6.776. Nós temos 6.506, um déficit de 270. É o profissional que faz as escoltas, e que faz a vigilância nas muralhas, o agente de escolta e vigilância, aquele profissional que trabalha dentro das unidades, o agente de segurança penitenciária, nós temos fixado 27.815, e hoje nós temos 23.427, dá um déficit de 4.388 profissionais.

Nós temos um déficit grande da área meio, também, que a gente precisa suprir, e na área da saúde nós temos déficit, mas temos uma alternativa na área da saúde, que é fazer pactuação com os municípios, por meio da deliberação CIB 62, em que o município oferece uma equipe mínima de saúde, para cada 500 presos, e a Secretaria da Saúde repassa lá os R\$ 34.500,00 mensais, para que o Município supra essa necessidade.

Mas reconhecemos que precisamos, se possível complementar esse quadro, naturalmente que é algo muito bom, mas não é uma exclusividade da administração penitenciária, mas temos, sim, deputado, déficit de pessoal. E aí eu entro num outro tema, que são os concursos. Nós temos três concursos em andamento, na validade. Um deles é um com curso de agente de segurança penitenciária, é um concurso do edital de 2014, tem validade até 21 de janeiro de 2021.

O edital previa o preenchimento de 1.140 vagas de agente de escolta e agente de segurança penitenciária, 1.140. O Estado já nomeou 2.772 candidatos, então a obrigação é nomear aquilo que tem a previsão no edital, já foi nomeado mais que o dobro, e alguns remanescentes, que não têm direito, embora afirmem que têm direito. Na verdade o Estado se obriga a preencher aquilo que está no edital, já chamou mais que o dobro, é, exatamente, mas esse concurso está em andamento, e nós temos um outro concurso de agente de escolta e vigilância penitenciária, que é o pessoal da escolta. Esse concurso foi homologado no dia 15 de dezembro de 2018.

Ele tem validade por dois anos, nós vamos prorrogar por mais dois anos, que existe essa possibilidade. Ele está dentro da validade até 15 de dezembro de 2022, vai oferecer 1.593 vagas de agente de escolta e vigilância penitenciária. E nós temos um concurso da atividade-meio também, que é aquela pessoa que dá suporte administrativo, concurso

homologado em julho de 2018. Fiz a prorrogação desse concurso recentemente, há dez dias atrás publicou-se a prorrogação, prorrogamos por mais dois anos, oferece 416 vagas das diversas carreiras. Então esses são os concursos que temos hoje nas SAP, todos eles dentro da validade.

Aí, sobre promoções, deputados, de fato a gente teve um ligeiro atraso na elaboração da lista de promoção por alguns fatores. Primeiro, por causa da quantidade, são muitos profissionais que foram promovidos, e, segundo, pela redução atual de servidores, por conta da Covid. Então nós temos servidores que nós não queremos que fiquem na secretaria, porque fazem parte do grupo de risco. Esse servidor, ele não está disponível, nós publicamos na semana passada também a relação de promoções, mas a gente tem feito um esforço para que esse atraso não ocorra, embora as dificuldades sejam grandes.

E em relação às concessões de presídios, nós trabalhamos com duas possibilidades, são duas vertentes, vamos dizer, de concessão-parceria com a iniciativa privada. A primeira delas nós chamamos de gestão compartilhada, significa que o Estado fornece o ativo, fornece o presídio, e a iniciativa privada faz a gestão, parentes, naquilo que pode ser delegável ao particular. Nem tudo o que acontece dentro da unidade prisional pode ser delegado ao particular, então algumas funções são próprias do servidor público. Na gestão compartilhada vai acontecer isso: nós temos duas unidades que serão licitadas para que o particular preste serviços lá dentro.

E por que duas? Porque eram quatro, no ano passado eram quatro unidades, mas nós precisamos fazer a reprogramação das metas, em função do déficit do problema econômico, que veio junto com a pandemia. Então todo sabem, o Estado prevê um déficit da ordem de 10,4 bilhões para o ano que vem. Cada secretário foi chamado ao Palácio para reprogramar as suas metas, e, das quatro unidades que faríamos a gestão compartilhada inicialmente, ficou definido que faremos isso em duas unidades. A outra vertente da iniciativa privada diz que nós faremos a construção do presídio, e a operação do presídio, pela iniciativa privada.

No primeiro formato o Estado constrói e licita, para o particular fazer a gestão, contratação de serviços nos moldes da lei 8.666, esse é um caminho. O outro caminho que vamos fazer também é o da PPP, porque existe uma lei própria da Parceria Público Privada. E, nesse caso, o particular vai construir a unidade prisional e vai fazer a gestão também, observando-se tudo aquilo que pode ser delegado ao particulares. Na gestão

compartilhada das duas unidades, já temos duas unidades, Galha um e Galha dois, serão as unidades que receberam esse tipo de gestão.

E a PPP está sendo modelada pela Fipe, junto à secretaria de Governo, porque é uma operação muito mais complexa que a gente acaba não tendo o conhecimento necessário para fazer algo bem estruturado, também devemos lançar o edital disso até a metade do ano que vem. O bônus, desculpe, o bônus também, deputado, passou pela secretaria, nós fizemos correções, não está mais lá, está no Palácio dos Bandeirantes, eu anotei aqui para fazer a triagem, o encaminhamento disso, e eu atualizo pessoalmente ao senhor.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tudo bem? Obrigado, secretário. Major Mecca, por gentileza.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - Boa tarde, secretário, boa tarde a todos os presentes. Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de externar o nosso respeito, os nossos sentimentos, a todos os policiais penais vitimados ao longo do ano de 2020, mortos pelo coronavírus, executados pelo crime, policiais que praticaram suicídio.

É um problema extremamente grave das duas pastas, de Segurança Pública e de Administração Penitenciária. Os nossos operadores que são executados pelo crime organizado, os policiais que, pela exaustão, através da fadiga física e psicológica das altas cargas horárias de trabalho, entram em depressão e acabam praticando o suicídio.

Comandante, eu, ouvindo o senhor falar, eu me recordava de uma oportunidade, se eu não me engano, no ano de 1996 ou 97, nós participamos de uma operação na cidade de Sorocaba, reestabelecendo a ordem em um presídio que encontrava-se rebelado. Nós estávamos juntos lá, com a Tropa de Choque, e com os agentes de Segurança Penitenciária daquela unidade.

Nos adentramos ao presídio às 17 horas do dia 31 de dezembro, e saímos do interior do presídio no dia 1º de janeiro, às cinco horas da manhã. Essa oportunidade nos permitiu conhecer, por constatação, o sacrifício e a dedicação dos policiais penais, de todos os nossos operadores de segurança no estado de São Paulo que, com o seu suor e o seu sangue, estão dando condições ao Governo do Estado de São Paulo de, inclusive, fazer propaganda desses números. E não está dando contrapartida alguma, seja, principalmente em relação ao plano de reajuste salarial, onde o governador João Doria anunciou, em todas as emissoras, seja de televisão, de rádio, jornais, dentro dos quartéis,

em tudo quanto era a reunião, delegacias de polícia, que as polícias de São Paulo seriam a segunda polícia mais bem paga do Brasil.

E hoje, esses operadores, sejam policiais militares, civis, técnico-científicos, policiais militares, sentem-se enganados pelo Governo. E nós, por conhecer a atividade, e todo esse sacrifício, como eu disse ao senhor agora, nós temos uma grande indignação aqui na Assembleia Legislativa, porque, além de não cumprir com as promessas – assistência jurídica, falou que todos teriam –, nenhum policial no estado de São Paulo tem assistência jurídica gratuita.

Eu poderia elencar inúmeras das promessas que não foram cumpridas. E, por incrível que pareça, todas as medidas que subtraem direitos dos policiais no estado de São Paulo partem do Executivo, vem do Palácio dos Bandeirantes, as medidas que subtraem direitos e garantias desses homens que estão morrendo, e se sacrificando, para defender a vida do cidadão de bem. E nós esperamos que o Governo tenha a dignidade, ao menos, de, quando nos trazer informações sobre as medidas em benefício dessas categorias, da categoria dos policiais, de todos, eles tragam prazos e datas, porque eu aprendi, ao longo dos 31 de polícia, que nós trabalhamos com prazo.

Presidente, delegado, o delegado tem um prazo para cumprir quando ele trabalha, ele faz um inquérito, se ele não cumprir ele responde por aquilo. E nunca é trazido o prazo. Eu, desde o início do meu mandato parlamentar que eu cobro do Governo o planejamento de reajuste salarial ao longo dos quatro anos. Para que as polícias alcancem o patamar de segunda polícia mais bem paga do País. Não obtive, até agora, esse planejamento de reajuste salarial, isso nos causa indignação, e nos leva a crer, de forma muito respeitosa, que o Governo do Estado de São Paulo não respeita os seus policiais – seus policiais, sejam os policiais militares, civis, técnico-científicos, bem como os policiais penais.

Tenho um grande respeito pelo senhor, sei do seu espírito vocacionado em servir, em ajudar ao próximo. No entanto, os policiais penais em São Paulo passam por uma dificuldade muito grande. Eu tenho uma mensagem em meu celular, que essa semana vou fazer uma visita na unidade onde a escala de serviço encontra-se indigna ao ser humano. Considerando o número de policiais penais que se afastam, que se aposentam, e não há um completamento desse quadro de policiais penais. Muito obrigado pela atenção, secretário.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, Major Mecca.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Bom, vamos, eu preferia me ater ao tema aqui da minha convocação, porque eu não tenho o domínio sobre outras áreas do Governo. Eu faço parte da equipe do Governo, eu tenho acompanhado o grande esforço do Governo do Estado de São Paulo para cumprir com as metas estabelecidas no início da gestão.

São dificuldades que surgem alheias à atuação governamental, ninguém poderia prever, por exemplo, que do outro lado do mundo viesse algo que acabasse nos obrigando a repactuar metas, nos obrigando a cortar metas que já tinham sido definidas. Então o que eu posso testemunhar aqui, deputado, é que o Governo do Estado tem feito um esforço muito grande para que a população de São Paulo seja contemplada com a melhor gestão que o momento nos permite oferecer.

Em relação à escala de serviços, todas elas são 12 por 36, nas unidades prisionais, todas elas. Não existe outra modalidade de escala, o diarista que eles chamam, que é diferente da PM, que é o expediente, então algumas atividades administrativas são no horário de expediente, e todas as demais são no 12 por 36. E a relação profissional é aquilo que eu falei agora dos concursos, a gente tem se esforçado para que o problema, se não possa ser resolvido, que ele ao menos seja minimizado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, secretário. Tudo bem, Mecca? Está bom? Tem resposta que ele não pode dar, não é da Pasta. Deputado Neri, por gentileza, vai perguntar?

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Boa tarde, secretário, boa tarde presidente, coronel. Bom, no início da pandemia, secretário, eu estive com o grupo PDO na sua secretaria, não só para saber qual seria as metas de trabalho que o senhor iria desenvolver, mas também colocando-me à disposição, para que pudesse lhe ajudar. Eu quero parabenizá-lo, porque eu participei do TAC do Ministério Público, que envolvia a escolta da PM, eu participei de todo o TAC, junto com o Ministério Público. E o senhor resolveu, aproveitou a pandemia, e acabou resolvendo um problema sério que nós temos no interior, que é o desgaste de viaturas, tiraram o policiamento das cidades. Então eu quero parabenizá-lo por isso.

Naquela oportunidade também conversamos sobre a PEC da polícia penal, o senhor nos prometeu que enviaria, o Palácio, estive com o senhor sexta-feira e realmente fez, parabéns, estamos aguardando vir para cá, para que realmente possamos fazer esse

trabalho. Quero parabenizar o trabalho que fez em conjunto com Romão Gomes na fabricação de máscaras, isso é um trabalho excepcional, então tudo o que o senhor colocou ali, o senhor nos adiantou naquela oportunidade, que é no início da pandemia, e brilhantemente concretizou-se o trabalho, com um excelente resultado.

Quero também parabenizá-lo pela sugestão que nós demos ao senhor sobre o armamento da PM, prontamente o senhor aceitou e fez o pedido ao Governo para que repassasse aí à secretaria, à SAP, que nós iríamos não perder, mas ia ser feita doação para a Guarda Municipal, para outros estados, e acabou reutilizando na Secretaria de Administração.

E quero agradecer imensamente, porque no ano passado e neste ano, todas as solicitações que eu fiz à V. Exa., seja na parte estrutural dos presídios, que acomodasse os funcionários, como também para o recurso humano, o senhor atendeu de pronto. É claro que não conseguiu atender 100%, mas aquilo que se estivesse ao alcance do senhor, e que o senhor conseguisse fazer, assim foi feito. Então eu só quero agradecer, e parabenizá-lo pela bela gestão que vem fazendo à frente da SAP, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado Neri.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Muito obrigado, deputado, agradeço, sempre todos os parlamentares são sempre muito bem-vindos na secretaria. O café não é dos melhores, viu, presidente? É café da “Beck”, que a gente compra por um preço mais baixo, mas a conversa flui, lamentavelmente a gente não consegue atender na plenitude tudo aquilo que cai em nossas solicitações, mas a gente avalia individualmente, criteriosamente, cada uma das solicitações. E agradeço pelas manifestações elogiosas, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado. Deputada Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORGO - PROS - Boa tarde a todos, agora está bom. Bom, do reajuste salarial o deputado Mecca já falou, e eu gostaria que o senhor encaminhasse, se fosse possível, um repedido da nomenclatura para a polícia penal, para que eles se tornem efetivamente polícia penal. Eu sei que é um projeto federal, mas aqui em São

Paulo eles gostariam muito de ter mudado esse nome, para eles representa muito a união, inclusive, de todas a SAP, dos ADPs, dos ASPs e de fins-meios.

Eles também, quando souberam que estávamos tendo uma reunião com o senhor, pediram o uso de uniforme e distintivo dessa polícia penal. Às vezes a gente pensa em salário, e em tantas outras coisas que fogem da nossa alçada, mas a gente pode pensar em alguma coisa para incentivá-los, uma coisa que não custe tanto, e que de alguma forma vai agradar. Um carinho não é o suficiente, não é, mas é um carinho que dá para fazer. Eu queria também falar com o senhor a respeito da DEJEP, noturna inclusive, ela não tem um padrão.

Hoje, umas unidades pagam, fazem 100 DEJEPs, outras fazem 80, e outras não fazem nenhuma, e não é suficiente para suprir a demanda que nós teríamos aí de agentes de escolta e vigilância, e de APSs, para poder complementar a renda, que é muito importante para eles, a gente acha que está muito pequeno. Então eu mandei para a Casa o PL 20/2020, que ele estabelece a quantidade mínima da DEJEP para agentes de segurança penitenciária. Então eu queria pedir o apoio da SAP também nesse projeto, e deixa eu ver outra coisa.

A quantidade mínima, e o período de oito horas continua, na DEJEP, tendo os agentes segurança direito ao mínimo de cinco horas no máximo, e dez jornadas por mês. Então é um projeto bastante razoável, que não vai onerar a SAP, mas que vai dar um pouquinho aí de aumento salarial, de um benefício a mais para os agentes de penitenciárias.

E também tem uma PLC de minha autoria, a nº 36/2019, que a gente institui o acautelamento de arma para agente de classe, escolta e vigilância penitenciária. Nós já estivemos com o senhor, já discutimos sobre isso. E esse projeto agora ficou bem viável, porque quando o PDO, através do Sargento Neri, pediu o armamento, o problema esbarrava na Finanças, mas, como agora essas armas serão doadas, não tem cabimento o agente penitenciário, os funcionários da SAP usarem a arma em serviço. E, no traslado de suas casas, estarem aí desprovidos e desprotegido, já que eles estão diretamente ligados à Segurança Pública. Então são esses os meus pedidos, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada. Eu também concordo, eu acho que o risco de eles irem para casa, acho que eles têm que andar armados também, concordo com você, com Vossa Excelência. Secretário, o senhor tem a palavra.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Obrigado, deputada. São problemas, todos eles já em estudo. Em relação à nomenclatura, nós não temos nenhum tipo de problema, gerou recentemente uma discussão de que o secretário não queria chamar os policiais penais de policiais penais. Eles são, a Constituição Federal prevê isso.

O que aconteceu foi algo diferente, nós tivemos um problema no Centro de Detenção Provisória Chácara Belém. Anexa ao CDP existe uma ala de regime semiaberto. Aconteceu um problema, e aí a televisão transmitindo simultaneamente, foi em um horário que favoreceu essa divulgação.

Mas nós tivemos, primeiro, a não conformidade na aplicação de protocolos operacionais por parte do nosso efetivo. Então isso está sendo apurado, e eu tinha lá camiseta escrito “polícia penal”, camiseta escrito “agente de segurança”, camiseta escrito, como é que chama? “Bad Boy”, camiseta escrito “caveira”. Então assim, a gente precisa, primeiro, padronizar procedimento. Segundo, uniforme significa uma única forma, então uma roupa era preta, outra era marrom, a outra camuflada – e, assim, a gente precisa disciplinar o uso.

Então foi isso o que aconteceu, deputada, eu nunca fui contra a nomenclatura de polícia penal, pelo contrário, essa é uma garantia constitucional, mas acabaram dando um direcionamento diferente. E o Dr. Catirse, que aqui está, recebeu os sindicatos na semana passada. Os sindicatos reclamam que eu não recebo também, deputada, eles marcam a reunião no dia em que eu tenho agenda prévia. Então assim, na quarta-feira passada eu tinha uma reunião na FUNAP, que é a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, para decidir questões de trabalho de presos, e parte educacional, eles marcaram de falar comigo nesse horário.

Eu falei: “Não, tem que marcar em um outro horário”. O Dr. Catirse os recebeu, anotou tudo, nós vamos montar uma comissão para disciplinar – vamos, quer por uniforme preto? A gente faz um uniforme preto, não tem importância, mas isso precisa estar constando de um instrumento, não é? Ninguém, não pode sim, cada um que chega, um gosta do verde e põe verde, um gosta do amarelo e põe amarelo. Não pode, tem que ser um negócio organizado. O Dr. Catirse já deu essa garantia de que nós vamos montar um grupo de trabalho, vai ter polícia penal, vai ter uniforme regulamentado, mas nós queremos ouvir, primeiro, quem usa esse uniforme. O sindicato não usa uniforme, o trabalhador usa uniforme.

Então nós queremos ouvir quem vai estar lá de serviço, isso está bem encaminhado, deputada. A DEJEP, eu preciso dar uma estudada em relação a essa proposta, porque, primeiro, que é voluntariado, não é? Então se o servidor quiser fazer cinco DEJEP por mês, e o mínimo for seis, e isso pode trazer gastos ao Executivo, porque quanto mais DEJEP, mais custeio vai ter.

Então eu entendi exatamente a proposta, eu só preciso dar uma avaliada para ver quais os impactos disso, mas não tenho restrição. (Fala fora do microfone.)

Na exposição de motivos, a senhora mandou lá, eu vou me debruçar sobre isso aí, particularmente. (Fala fora do microfone.)

Eu sou favorável, e já disse isso ao presidente do sindicato, o Antônio Pereira, ele tem frequentado bastante lá. Eu já disse a ele, eu fiz a solicitação para a Polícia Militar, que adquiriu pistolas Glock, eu pedi o remanejamento das pistolas para a SAP.

A gente está diante de um entrave jurídico, porque as pistolas da Polícia Militar fazem parte de um procedimento judicial entre a instituição e a Forjas Taurus, que é a fabricante da arma. E a PM entende que esse armamento precisa estar disponível a qualquer momento, porque, se a Justiça requisitar perícia ou seja lá o que for, esse armamento precisa estar disponível.

Então a gente está tentando superar isso, eles já deram uma resposta que não foi favorável, mas não encerrou a discussão, e eu sou muito favorável ao acautelamento de arma, porque eu entendo que o policial tem que ter a sua arma. A gente não fez isso ainda porque não tem arma suficiente para todos, essa é de fato a verdadeira razão.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputada Adriana Borgo. Obrigado, Sr. Secretário. Eu queria aqui também registrar a presença do nosso deputado Frederico D'Avila. A palavra ao deputado Nascimento.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Sr. Secretário, presidente, é uma satisfação muito grande recebermos aqui na nossa Casa, demais deputados. E quero aqui realmente confirmar o que já foi dito aqui pelos nossos pares, o Sargento Neri principalmente, que está de parabéns a administração. Nós fizemos aqui, e estamos aqui com a PEC 12, que também vai na mesma direção da polícia penal, mas, como vem lá do Governo, eu tenho certeza que será aceita, e será aprovada por todos, porque é um anseio de todos os deputados, e também daqueles funcionários dessa então administração penitenciária, que passará a ser a polícia penal, e é muito bem-vindo.

Quero também aqui colocar a questão referente os concursos ainda, quando o senhor fez a referência, que tem esses concurso que serão prorrogados. É do conhecimento de todos, claro, que nós estamos com os concursos suspensos, devido à pandemia. E por que não, realmente, não é? Como o senhor falou, tem um que vence agora, em 2021, e que possa ser aproveitado diante do que nós estamos vivendo, e chamar, realmente, essas pessoas, e preencher os quadros que estão vagos, e que vão ficar ainda, devido, logicamente, às consequências naturais de aposentadoria e de baixas, enfim.

Então eu gostaria que o senhor olhasse, estudasse, juntamente com a administração. E, por último, eu acho, vejo como muito importante a questão da visita virtual, a visita virtual familiar. E eu estive com o vice-governador, o Rodrigo Garcia, e lá fiz uma solicitação para que a visita virtual fosse estendida à visita virtual religiosa também.

Porque é de grande valia, nós, através da igreja, capelania, de todas as religiões, fazíamos um excelente trabalho dentro dos presídios, o senhor sabe muito bem, é de grande importância uma ajuda, ajuda espiritual, psicológica. E isso também, durante a pandemia, logicamente foi impedido. Então nós tivemos aqui, através da capelania, Capelania Nacional, nós conseguimos, junto ao Google Meet, uma ferramenta para que nós viéssemos também, não só os hospitais, nós fizemos isso também, é uma emenda de nossa autoria, que foi aprovada e sancionada, para que hoje também os hospitais façam a visita virtual familiar e religiosa.

Então que viesse também, e ele disse que estaria, sim, verificando um mecanismo para que essas visitas, aqueles presos, porque às vezes ele não tem um familiar que está longe, então ele gostaria sim de ter a visita. Aproveitando o que foi apresentado, que realmente está de parabéns, que enxuga muito a questão das andanças dos veículos para lá, a movimentação de pessoal, mas também que viessem trazer para, neste momento, a visita virtual religiosa.

Para que possamos dar, realmente, um amparo para, principalmente, aqueles que têm, ou que assim o desejar. Então esse é o nosso pedido aqui, e eu acho que tem alguma coisa em andamento, não tenho certeza, mas gostaria que isso fosse imediatamente retomado, para que tenhamos essa atendimento, que é feito por eles, não é? Pelas pessoas que estão presas, e também pelos familiares. Muito obrigado, presidente, muito obrigado, secretário, mais uma vez meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado. Com a palavra, o Sr. Secretário Nivaldo.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Muito obrigado, deputado, pelas palavras. De fato, o problema da PEC já discutimos. Os concursos, reconheço a necessidade de a gente aproveitar ao máximo, até porque o concurso tem custo, não é? Fazer um concurso tem custo, então a gente tem se empenhado, de fato, no “complementamento” do efetivo, a gente esbarra na saúde financeira do Estado, mas essa é uma decisão que precisa envolver várias esferas do Governo, mas todas elas estão trabalhando, sim.

Em relação à visita virtual religiosa, eu vou dar uma notícia em primeira mão para o senhor aqui, o próximo passo nosso vai ser a retomada da assistência religiosa dentro dos presídios, nós não vamos nem falar de virtual, nós estamos trabalhando para que isso aconteça de maneira presencial, obedecendo a protocolos sanitários.

A saúde sempre vai pautar as nossas ações, nós temos uma limitação, por exemplo, a Secretaria da Educação limita em 35% a capacidade da salas de aula, nós vamos fazer isso também, seguir protocolos, então nós nem vamos falar de virtual-religioso, deputado, nós vamos falar de presencial religioso, em um futuro, assim, muito próximo. Está concludo o estudo lá na secretaria já, e em breve vai ser retomado isso aí.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, secretário. Com a palavra o deputado Altair.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sr. Secretário, Sr. Presidente, cumprimento a todos que estão aqui na sala também, e desde já agradeço a vinda do senhor, secretário. Estive lá com o senhor, conversamos a respeito disso que o Tenente Nascimento falou também. Durante 19 anos eu fiz visita em presídios, com esse trabalho religioso, e eu acredito na mudança de pessoas, acredito de verdade, mas quero discordar da palavra, eu queria que a nobre colega estivesse aqui, que ela falou de um negócio que eu não entendi muito bem, que são pessoas presas que têm que ser tratadas igual, e não sei o quê.

Não, se está preso é porque cometeu um delito, e tem que ser tratado como um preso, isso aí é justo, não é? Então, só para pontuar isso. Agora, Sr. Secretário, algumas coisas que eu iria perguntar graças a Deus os meus amigos já o fizeram, mas teve um aqui

que me chamou a atenção. Os servidores que se autodeclararam doentes, quanto tempo eles ficam afastados? O camarada chega, e se autodeclara que está doente, ele não precisa de nada que comprove?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - 36 horas, podendo ser renovado por mais 36, a partir daí obrigatoriamente tem que ter um parecer médico, isso é para o Governo do Estado de São Paulo, não é só a Secretaria de Administração Penitenciária.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ah tá, todo o Governo?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Todo o Governo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ok, e só para concluir, quero realmente dar parabéns ao senhor pelo belíssimo trabalho que tem feito. E eu vejo o seguinte, presidente, secretário e todos os que estão aqui, eu acho que as pessoas que estão presas estão mais segura do que a gente, que está aqui fora, em relação à pandemia. Só para pontuar isso, para ir um pouquinho de encontro com o que a nossa amiga falou. Obrigado, viu?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com a palavra, o Sr. Secretário. Obrigado, deputado.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Obrigado, deputado. Apenas para concluir, de fato, quem está preso, a lei de execuções penais prevê dupla finalidade da pena. A primeira delas é punir o infrator que cometeu a infração, e a segunda é devolvê-lo para a sociedade, para que ele não volte a reincidir, não seja um frequentador habitual do sistema penitenciário. Então, no Art. 1º da lei de execuções penais está dizendo que a pena serve para punir o faltoso, e ressocializá-lo nesse sentido. Então a gente não tem, eu prefiro não.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Bom, obrigado, secretário. Com a palavra, o Coronel Telhada, por gentileza.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Bom, boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Secretário Adjunto e demais colegas, e a todos os presentes. Em primeiro lugar, parabenizar ao senhor, secretário, e a sua equipe, pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo. O Sargento Neri já falou, nós estivemos lá com o grupo PDO.

Além de termos sido muito bem atendidos, o senhor nos deu muitas informações na época, de suma importância, sobre as ações da secretaria quanto ao combate à Covid. E o que o colega falou é uma realidade, eles estão mais protegidos, os presos, do que nós que estamos na rua, não é?

E a gente se assusta quando nós vemos algum deputado, alguns deputados aqui, com um jogo de “marketing”, não é? Vindo aqui falar que os presos passam por isso, e por aquilo. Os presos têm que dar graças a Deus do tratamento que eles recebem no Brasil, que é um tratamento vip, que não teria em outros países, muitas vezes países comunistas, que eles defendem tanto. Mas aqui eles são tratados como seres humanos mesmo, e a gente sabe, a gente recebe muito aqui, muitos e-mails, muitos “WhatsApp”, todos os deputados falaram disso, dos funcionários.

Que é normal, a gente sabe, a gente esteve sempre em posto de comando, a gente sabe que, muitas vezes, a gente no comando não consegue agradar todo mundo, e principalmente todos os interesses particulares. Mas eu quero aqui parabenizar o trabalho da equipe, eu queria reforçar também com o senhor a situação dos concursos, porque uma das grandes gritas, os concursos públicos querem trabalhar, o povo quer trabalhar, nós sabemos que tem sido levado isso em conta, das dificuldades atuais também.

Mas que fosse insistido nesse assunto dos concursos, porque nós sabemos os déficits de efetivo, como nós temos na SAP, e temos em todas as polícias, e cada vez vai piorar: afastados, mortes, aposentadoria e é necessário realmente que se faça esse “recompletamento”. Salários também, é uma coisa que a gente tem sempre em voga aqui, todos os funcionários da Segurança Pública e da Administração Penitenciária têm essa grande aspiração, mais do que justa, e mais do que nunca nós sabemos que está realmente desfalcado. Nós sabemos que não é culpa dos senhores e da equipe, mas da situação, e que a gente continue brigando por isso.

Mas dentro do que o senhor falou das visitas, que são agora feitas por meio virtual. Primeiro lugar, é uma ótima situação, não só as visitas como as sessões, porque nós perdemos policiais em escolta, assassinados em escoltas, vidas preciosas foram perdidas. Nós sabemos da logística para se transportar um preso, da dificuldade, quem nunca fez uma escolta não tem noção da logística que é fazer a escolta de um preso. E o gasto, gasta

um dinheiro que poderia estar sendo usado nos hospitais, na alimentação, no pagamento do funcionário, é gasto para deslocar preso.

Então que essa situação se perpetue, e multiplique muito mais o que o senhor falou, de 39 foram para 400 e poucas, que vá para 600, que multiplique muito mais, para que se acabe de vez com a escolta, que é um câncer dentro da Segurança Pública, e um perigo para todo cidadão. Aquele cidadão que transita pelas estradas, o cidadão que tinha o seu policiamento diminuído, porque a viatura tem que sair da cidade de X para ir para outra cidade Y, e por aí vai.

Mas só uma pergunta, quando você falou das visitas on-line, a visita íntima, ela prossegue, ela acabou? Só para saber, porque ficou uma dúvida para mim. Muito obrigado, Sr. Secretário, obrigado, presidente.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Obrigado, Coronel Telhada. Deputado, é bom conversar com quem conhece bastante do assunto, não é? De escoltas, é exatamente isso o que você falou. No interior do estado de São Paulo, e nós participamos do comando da polícia, então eu ficava, assim, muito chateado com o empenho da Polícia Militar, numa cidade do interior, para fazer uma escolta de preso.

E se a população precisasse daquela viatura, não adiantava ligar o 190, que a viatura estava na estrada, numa época em que a gente faz videochamada por “WhatsApp”, por uma série de ferramentas, não é? Então a gente tem aproveitado essa oportunidade. Como eu disse, a gente faz duas ligações por dia para a Corregedoria Geral de Justiça. A Dra. Jovanessa é juíza assessora do Dr. Anafe, que é o corregedor, e eu pergunto para ela onde é que está o gargalo?

Aí ela tem uma tabela, e fala assim: “Olha, o CDP de Mauá tem agenda para janeiro do ano que vem”. Eu sei que, se eu não resolver isso, o juiz vai pedir a presença do réu. Então eu já ligo para o coordenador, e falo assim: “Em Mauá, me instale mais um equipamento, para poder fazer fluir isso”, e é o que a gente tem conseguido, numa parceria grande com o Tribunal de Justiça – 685 equipamentos foi um cálculo feito inicialmente, mas o contrato da Prodesp é uma ata de registro de preço. Eu posso aumentar a quantidade de equipamentos, de acordo com a demanda.

É irreversível isso, deputado, graças a Deus, assim, em 2020, no século 21 a gente vai utilizar uma ferramenta que penaliza o servidor, que penaliza a população, por causa de gastos. E, acima de tudo, penaliza aqueles que estão envolvidos diretamente nesse serviço de escolta. É um compromisso nosso tornar isso irreversível, pelo contrário,

expandi-lo sempre. E o senhor falou da visita, a visita íntima é proibida, não há nenhum tipo de contato, inclusive no programa Conexão Familiar, que a Carolina elaborou, está previsto lá que, se o preso – a gente orienta na entrada, não é permitido nenhum tipo de contato.

Apesar das dificuldades, se o preso receber a visita, e der um abraço, der um beijo, ou seja lá o que for, ele vai ter: “Olha, na próxima vez você não recebe visita, porque não acabou a pandemia, o distanciamento existe”. Visita íntima, em hipótese alguma, cumprimentar o nosso prefeito Ed Thomas, e nosso deputado também.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Quero aqui também aqui deixar o nosso deputado, Ed Thomas, e agora o nosso prefeito de Prudente, não é? É de Prudente? Parabéns, olha aqui. Está cheio de inquilino lá em volta. Prefeito, ajuda aqui, hein? Olha, uma honra, parabéns viu, Deputado? E aqui nesta Comissão, desde que eu estou de deputado, sempre conosco, sempre colaborou, e sempre esteve junto do lado da Segurança Pública. Eu queria chamar aqui o Frederico d'Avila, por gentileza. O senhor vai querer falar também depois, deputado? Tá bom, ok, no rádio. Deputado Frederico, o senhor tem a palavra.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Querido secretário Nivaldo Restivo, eu queria aqui uma palavra de agradecimento. Dizer que, apesar de estar uma secretaria extremamente difícil, o senhor, que já foi comandante-geral, que também não é uma função fácil, não é? Sair de lá para ser secretário de Administração Penitenciária mostra a sua vocação do, para com servir o público. Servir o interesse público, e nós vemos isso ao longo desses últimos 18, 19, já indo para 20 meses de Governo, onde nós não vimos nenhum problema grave na Administração Penitenciária.

Então parabenizar o senhor pelo trabalho, apesar de estar servindo um Governo que trata mal a polícia, as polícias civis, militar, o próprio agente penitenciário, o senhor que foi comandante-geral. Trata mal salarialmente, trata mal moralmente, o senhor está de parabéns por estar desenvolvendo esse trabalho. Eu vou fazer aqui só uma, eu estou aqui com só “experts” no assunto, o Coronel Telhada, Sargento Neri, Major Mecca, Delegado Olim e o senhor mesmo.

Eu sou contra o negócio de visita, não é? Não tem que ter visita nenhuma, e se for, então, 155, 57, aí não é para ver ninguém. Eu queria saber se é possível a gente ver

instalado, ou se isso é uma legislação federal, aquele sistema que a gente vê nos Estados Unidos, que é aquele assento com interfone.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Parlatório.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Isso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Em Prudente tem.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Com vidro, para todo o sistema penitenciário, para não haver contato nenhum. E se eu estou dizendo isso, imagine visita íntima, não tem que ter visita íntima coisa nenhuma. Então como bem disse aqui o deputado Altair, que já deixou aqui o recinto, quem cometeu um crime não é para ter vida convencional, nem frequentar clube, nem transformar o sistema penitenciário em colônia de férias ou em clube. É para ser tratado como com a dignidade humana, porém dentro das penalidades.

E mais uma vez aqui parabenizar o senhor pelo trabalho que o senhor tem desenvolvido, o trabalho que o senhor desenvolveu dentro da Polícia Militar, como comandante-geral, no CP Choque também, parabéns. E digo que espero, como disseram aqui que eu vejo, sempre foi uma reclamação antes de eu vir para esta Casa, reclamação do Major Mecca quando estava na rua, o próprio Coronel Telhada quando comandava a Rota, essa questão que eu não entendia muito, depois até o senhor mesmo já me colocou a situação, da escolta, que realmente você penaliza a população.

Principalmente onde a gente tem efetivo reduzido, como algumas cidades do interior, que tem male tem um pelotão, tem um destacamento, e aí a viatura fica empenhada nesse tipo de deslocamento. Então fazer com que a escolta seja feita pela SAP, única e exclusivamente. E a Polícia Militar também, a gente podia verificar aqui – não é, Coronel Telhada? –, uma maneira de não, fazer um uma lei não sei, o próprio Governo ter essa iniciativa de impedir até o último recurso a Polícia Militar de fazer esse tipo de escolta. Porque a gente está penalizando a população de bem, em detrimento de alguém que já cometeu um crime, e já está condenado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, deputado Frederico D'Avila. Com a palavra o Sr. Secretário. Nivaldo, ah, pois, com a palavra o nosso prefeito.

O SR. ED THOMAS - PSB - Até para o secretário depois se debruçar na resposta do deputado Frederico, saudar o nosso secretário, quero saudar a Presidência do amigo, deputado Delegado Olim. E dizer da alegria, e acima de tudo, da sabedoria que a gente sempre colhe nesta Comissão, que é uma das mais importantes, com certeza, desta Casa.

Secretário, sempre agradecer, eu venho de uma região que, se não for a mais segura, e eu acredito que seja, é a segunda mais segura do estado de São Paulo. Tudo isso pela nossa Polícia Militar, pela nossa Polícia Civil, certo? Pelo serviço de inteligência, é sabido que a região do oeste paulista é a que detém o maior número de presídios no estado de São Paulo, mas é aquela que tem o trabalho mais eficaz, também, para a segurança dos cidadãos no estado de São Paulo.

E isso é provocado pela competência de um secretário que nunca se furtou a atender um pedido sequer, não do deputado, mas dos cidadãos do oeste paulista. A gente tem um conhecimento grande, que já ultrapassa a situação de deputado, e de secretário, mas de uma amizade duradoura, de algo para sempre, de admiração constante. E eu faço questão de estar aqui, e falar isso para o nosso querido Restivo, do nosso secretário, dessa boa escolha, uma escolha que nos provoca segurança. Então te trazer um grande abraço, dizer que a parceria continua, agora muito mais, eleito prefeito de Presidente Prudente, não é?

E eu quero muito lhe receber na Prefeitura, assim como quero estender ao Delegado Olim, meu presidente, meu amigo, obrigado pela ajuda. Aqui ao Frederico d'Avila, que me ajudou tanto nesse caminho, ao Major Mecca, imbatível, não é verdade? Trabalhador. Ao Nascimento, que é meu companheiro lá, bem atrás, que tem um trabalho da mesma forma. Ao sargento Neri, nosso líder do PDO, e ele disse: “o primeiro prefeito eleito dos parlamentares em defesa do Orçamento”.

Foi um grande trabalho, e é um grande trabalho realizado pelo PDO, sob a liderança do Neri. O Coronel Telhada é aquela amizade mais antiga, não é? De respeito, de admiração, de ficar perto dele, de buscar sabedoria, de buscar aconselhamento. E é algo, assim, inesquecível, obrigado pela ajuda Coronel, obrigado muito, mas muito obrigado. E quero estender a todos os deputados desta Casa, mas em especial a nossa Polícia Militar, e a nossa Polícia Civil.

Que não é apenas a sensação de segurança, é a verdadeira segurança, muitas vezes feito ainda com tão pouco. São polícias que fazem mais com menos, e eu digo em todos os seguimentos, e eu jamais perderei esse orgulho de ter convivido, de estar convivendo, e de conviver mais ainda com todos vocês. Então fica aqui um convite, a todos, para que faça uma visita a Presidente Prudente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E vou te mandar emenda também, é isso o que o senhor quer, não é? Fala a verdade.

O SR. ED THOMAS - PSB - Eu estava esperando que o senhor puxasse esse assunto, o senhor entendeu que eu quero estender aos demais deputados aqui. O Frederico já colocou a máquina aqui, o Coronel já falou, o Mecca também, o Neri do mesmo jeito, o Nascimento vai se manifestar já, já também, vai colocar não é? E recebê-los, realmente, a todos. Até porque o trabalho do deputado provoca muita segurança na vida das pessoas, não somente no recapeamento de rua, mas numa atenção aos nossos idosos, às nossas crianças e aos nossos doentes.

Porque política é para quem mais precisa. Primeiro crianças, idosos, doentes, e nesse instante os desempregados. E aqui nós temos deputados trabalhadores, há um orgulho enorme de poder fazer parte deste Legislativo, de ter amizade junto com vocês. E eu trago comigo, veio fazer uma visita aquele senhor de máscara branca, levanta aí, Tenente França, que é de Presidente Prudente, professora França, que é um amigo de longa data, e que me acompanha aqui no dia de hoje. Coronel, meu secretário, meu general, meu comandante, estamos te aguardando. Bom trabalho, estamos à disposição, parabéns. Obrigado, presidente Olim, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, sempre bem-vindo a esta Casa. Nascimento, aproveita e já agradece, porque assim ele fala por último, e eu já dou por encerrado. Quero aqui, então, também agradecer aí ao Tenente França, que está aqui, seja bem-vindo sempre. Pode falar.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Comandante, mais uma vez, sempre comandante, foi o nosso comandante-geral. Eu quero dizer, assim, que eu saio muito feliz nesta tarde por essa boa notícia que nós damos à comunidade evangélica, e cristã como um todo. Porque a igreja tem sido fundamental na recuperação desses que lá estão,

cumprindo pena, não só daqueles que lá estão, mas nessa pandemia foi parte importante também para que as pessoas, mesmo estando em casa, com as nossas videoconferências, nossos vídeos com palavras religiosas, foi de grande importância nessa pandemia.

Então aqui eu quero, mais uma vez, parabenizar e levar essa notícia aos nossos pastores, aos nossos irmãos. É muito importante, porque eu tenho certeza que ela vai contribuir, e muito, nessa questão religiosa, e fundamental, e psicológica na vida das pessoas que lá estão, cumprindo a sua pena. Muito obrigado, presidente, muito obrigado Sr. Secretário, o nosso sempre comandante-geral.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, Nascimento. Tempo para finalizar, Coronel, pode finalizar e depois eu termino, por gentileza.

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu faço o término, tá?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Quero aproveitar a presença do nosso presidente, do nosso prefeito de Presidente Prudente, para dizer que o convite já está aceito. Irei para lá. Então nos aguarde lá.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Ed, paga o almoço, tá?

O SR. NIVALDO CESAR RESTIVO - Na verdade, o deputado Nascimento leva essa notícia, de fato diga aos seus líderes que nós entendemos a importância de manter a assistência religiosa em uma unidade prisional, que me ajuda muito na estabilidade do sistema. A gente sabe que isso tem uma importância muito grande, e por isso é uma das primeiras providências que nós estamos flexibilizando, depois da visita presencial, porque sabemos da importância que isso representa.

Meu amigo, deputado Frederico d'Avila, uma satisfação muito grande poder revê-lo aqui, obrigado pelas palavras, a maioria de palavras imerecidas, dirigidas a mim, porque eu sei da sua gentileza toda. De fato, visita íntima, como disse o Coronel Telhada, não vai ter enquanto não tivermos um controle absoluto da pandemia, isso está descartado. E essa alternativa, de visita em parlatório, nós temos em pouquíssimas unidades aqui em São Paulo, mas seria uma alternativa muito boa, porque evita uma série de problemas,

especialmente o preso, por exemplo, passar algum objeto, algum bilhete, qualquer outro tipo de objeto para o lado de fora.

No sistema federal, essas conversas são monitoradas, então o sistema de inteligência capta tudo, todas as pretensões. Hoje mesmo, de manhã, eu estava com o diretor do CDP de Caiuá, chama-se Rodrigo, que é o chefe da inteligência lá da região oeste, uma pessoa muito capacitada, que nos coloca a par de tudo o que acontece. E isso nos permite antecipar ações, então se o preso passa para o lado de fora: “Olha, é para mandar chover em tal lugar” a gente pega o guarda-chuva, não tem importância também, então essas informações favorecem a adoção de providências para anular os efeitos daquela ordem.

Mas reconheço que esse modelo de parlatório, com telefone e vidros, sem contato físico, que é o modelo do sistema penitenciário federal, é o adequado, mas a gente tem algumas plantas diferentes de unidades aqui em São Paulo, que acabam inviabilizando adotar isso no sistema inteiro. Mas, quando não há essa possibilidade, a gente fica muito atento a todas as movimentações. E preso é preso, em qualquer lugar, não é? O preso está lá porque praticou um crime, mas ele é “cagueta” também, então ele traz informação para a gente, não é?

Então a gente usar muito dessa alternativa. E só para finalizar, presidente, eu agradeço demais as palavras elogiosas em relação à gestão, mas isso não seria possível se não fosse de fato a equipe que me acompanha. O Dr. Catirse com mais de 40 anos dedicados ao sistema penitenciário paulista, o chefe de gabinete, o Donizete, tem mais de 41 anos dedicados ao sistema penitenciário paulista. Coronel Severo, nosso amigo, que foi chefe da Inteligência da Polícia Militar, foi comandante do grupamento aéreo da Polícia Militar, foi assessor militar aqui na Assembleia, e foi diretor-geral do departamento penitenciário nacional, convidado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Então tenho uma interlocução grande, que permite São Paulo-Brasília transitar muito bem, essa equipe toda que favorece os resultados. Eu agradeço aqui, finalizando, a Dra. Solange, da saúde, e a Carolina, da reintegração social, por me permitirem receber esses elogios de todos, mas eles são obrigatoriamente compartilhados com a equipe nossa, deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Primeiramente, antes de terminar, eu queria agradecer ao senhor, secretário, o nosso sempre comandante da gloriosa Polícia Militar, pela sua competência, por o senhor ter respondido a todos

tranquilamente, pelo seu profissionalismo. Também agradecer ao seu secretário-adjunto, Dr. Luiz Carlos Catirse. Obrigado. Eu fiquei o tempo inteiro de costas para o senhor, mas eu estava prestando atenção aqui, então desculpa. Agradecer a toda a sua assessoria que veio aqui, a todos os nossos assessores, todos os policiais militares presentes, policiais civis, que participaram.

E os deputados que vieram aqui, fizeram questão, um número grande, todos perguntaram, todos ficaram à vontade, e o senhor deu um show aí. E eu queria que o senhor soubesse que aqui as portas estão abertas. No ano que vem nós vamos fazer que nem eu fiz aqui no começo, viu, Frederico? Eu vou fazer, vou marcar com um secretário, vamos fazer os presídios lá de Prudente e Venceslau, que são os mais seguros, e você vai. Isso que você viu, você vai ver lá que sistema que eu conheci.

Alguns deputados quiseram ir, eu fui na época do outro secretário, “Vamos, vamos”, e chegou lá eles não entraram, ficaram com medo, então só dois, o resto ficou lá fora. Então nós vamos, que é muito interessante você ver o que são as cadeias de São Paulo, primeiro mundo. Então eu quero que, vou ver se eu marco aí, a gente pede o avião do governador, que cabe umas seis pessoas, dessa vez não vai ter só paçoca, vai ter um negocinho diferente, e nós iremos juntos com sete, e fazer uma visita importante.

Eu marco com ele, e nós vamos fazer os presídios de lá, que eu fui na última vez só lá. E eu queria aqui então, mais uma vez, deixar um grande abraço, muito obrigado, e o senhor, como sempre, sou seu fã. Pois não, Frederico.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Só uma correção: o avião não é do governador, é da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Perdão, o avião, aquele “King”, é o “King” 300 com motor de 200. Muito bom, que nós vamos fazer uma bela viagem, vou ver seu eu marco e nós iremos, obrigado.

Nada mais havendo, está encerrada esta reunião.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *